



CONGRESSO NACIONAL

Câmara dos Deputados Gabinete do Deputado Federal José Medeiros

EMENDA Nº - CMMPV 1359/2026
(à MPV 1359/2026)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“Art. Acrescente-se: “Art. ____ . O Poder Executivo deverá publicar, mensalmente:

- I – número de financiamentos aprovados;**
- II – valores liberados;**
- III – distribuição regional dos recursos;**
- IV – taxa média de juros aplicada;**
- V – perfil socioeconômico dos beneficiários;**
- VI – índice de inadimplência;**
- VII – agentes financeiros participantes’.”**

JUSTIFICAÇÃO

A aprovação de programas públicos direcionados a motoristas de táxi e de aplicativos sem a devida transparência representa uma grave distorção do papel do Estado, ferindo os princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade. Para esses profissionais que enfrentam jornadas exaustivas e custos crescentes de manutenção e combustível, o acesso a políticas de apoio deve ser um direito garantido por critérios técnicos e universais, e não um “privilegio condicionado a alinhamentos ideológicos ou conveniências de momento do governo federal”.

Assim, apresento três pilares que tornam essa postulação contundente e favorável à categoria:



1. O Risco do Direcionamento Político e Ideológico

Quando os critérios de seleção e distribuição de recursos não são públicos e auditáveis, o auxílio estatal **deixa de ser uma política pública e passa a funcionar como um mecanismo de barganha política.**

Sem regras claras, cria-se um ambiente de clientelismo, onde o acesso ao benefício pode ser facilitado para cooperativas, associações ou sindicatos alinhados ao espectro político do governo, enquanto trabalhadores independentes e críticos da gestão acabam invisibilizados e excluídos.

A ausência de transparência permite que o governante de turno escolha "vencedores e vencidos" dentro da mesma categoria, fragmentando a classe e punindo quem apenas deseja trabalhar sem se submeter a amarras partidárias.

2. A Injustiça da Concentração Regional

A falta de clareza na aplicação das emendas e programas públicos frequentemente resulta em uma distribuição geográfica desequilibrada e injusta, penalizando quem mais precisa.

- Abandono do interior: Os recursos tendem a ser canalizados para grandes centros urbanos ou regiões onde o governo federal possui maior interesse em consolidar sua base de apoio.
- Desrespeito à realidade local: Motoristas que muitas vezes enfrentam infraestrutura viária precária e menor demanda de passageiros acabam preteridos em favor de nichos eleitorais já saturados, aprofundando as desigualdades regionais em vez de combatê-las.

A Utilização Eleitoral da Máquina Pública

Programas sociais opacos lançados ou intensificados às vésperas de períodos eleitorais configuram uma clara tentativa de cooptação de uma das categorias mais dinâmicas e influentes da sociedade.



- Uso da categoria como palanque: O governo federal tenta transformar o suporte financeiro, que deveria ser um direito de reparação econômica, em uma "bondade" com fins eleitoreiros.
- Insegurança e volatilidade: Benefícios sem base fiscal sólida e sem transparência estrutural costumam desaparecer assim que as urnas são fechadas. **O trabalhador é utilizado como massa de manobra para garantir votos e, posteriormente, deixado à própria sorte com a inflação e o endividamento.**

3. O Direito Inalienável da Sociedade e da Categoria

A sociedade brasileira e, sobretudo, os motoristas de táxi e aplicativos têm o direito legítimo de exigir auditoria total sobre a aplicação do dinheiro público. O acesso à informação deve responder de forma irrefutável a três perguntas básicas:

- Quem recebeu?

Publicação de listas nominais e transparentes para auditar se os beneficiários são, de fato, motoristas atuantes e regularizados, eliminando intermediários e fraudes.

- Quanto recebeu?

Detalhamento dos valores repassados por indivíduo e por região, garantindo que a divisão do bolo orçamentário ocorra de forma proporcional e justa.

- Quais critérios foram utilizados?

Divulgação clara das réguas socioeconômicas, tempo de serviço ou impacto da crise na atividade, assegurando que o socorro financeiro chegue prioritariamente aos profissionais em maior vulnerabilidade.

Garantir a transparência absoluta não é apenas um capricho burocrático; é a única blindagem real para que o suor do motorista brasileiro



não seja transformado em combustível para a corrupção e a propaganda política do governo.

Sala da comissão, 21 de maio de 2026.

**Deputado José Medeiros
(PL - MT)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD263359386300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Medeiros

